

tentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, adiante designado por PO SEUR, são a Comissão Diretiva e o Secretariado Técnico, sendo a Comissão Diretiva representada e presidida pela respetiva Presidente.

O Secretariado Técnico do PO SEUR, adiante designado por ST, nos termos do n.º 4 do Mapa IV do Anexo I da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 242, de 16 de dezembro, integra um máximo de 80 elementos, entre secretários técnicos, técnicos superiores, assistentes técnicos, assistentes operacionais e coordenadores de projeto.

Nos termos do n.º 5 do referido Mapa IV, o ST do PO SEUR pode integrar, em simultâneo, um máximo de quatro equipas de projeto de cariz temporário, lideradas por coordenadores de projeto, competindo-lhes, nos termos do n.º 10 da Resolução do Conselho de Ministros supracitada desempenhar as funções que lhe forem conferidas pela Comissão Diretiva do PO SEUR.

Pelo Despacho 9720/2016, 30 de julho de 2015, da Presidente da Comissão Diretiva do PO SEUR, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 145 de 29 de julho de 2016, foi criada, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro e do n.º 15 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 11 de dezembro de 2014, a equipa de projeto “Avaliação, Monitorização e Sistema de Informação”, integrada na Unidade de Gestão e Comunicação, do secretariado técnico do POSEUR, e designada como coordenadora desta equipa de projeto a licenciada Catarina Alexandra Martins Rodrigues.

Assim, no uso das competências supracitadas, bem como das conferidas no n.º 1 do Mapa IV do Anexo I da Resolução do Conselho de Ministros e no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e após a avaliação do primeiro ano de exercício de funções da referida equipa de projeto, tendo presente a complexidade, responsabilidade e vastidão das tarefas atribuídas, nomeadamente para efeitos de implementação do Sistema de Informação SISEUR, monitorização operacional e financeira do Programa, apuramento de dados e elaboração de relatórios, com grande relevância para o acompanhamento da performance do Programa e para garantir uma gestão e execução mais eficiente e eficaz do PO SEUR, a Comissão Diretiva do PO SEUR deliberou, em 23 de setembro:

1 — Remunerar o exercício de função de coordenação da equipa de projeto “Avaliação, Monitorização e Sistema de Informação”, pelo montante equivalente a 95 % da remuneração base de secretário técnico, acrescido de 95 % das despesas de representação a este atribuído, nos termos do previsto no n.º 15 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 1 de dezembro.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de outubro de 2016.

23 de setembro de 2016. — A Presidente da Comissão Diretiva, *Helena Pinheiro de Azevedo*.

209915408

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Direção-Geral de Agricultura
e Desenvolvimento Rural

Aviso n.º 12584/2016

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, e do n.º 2 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que na sequência da consolidação da mobilidade interna, se procedeu à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 30 de maio de 2016, com a seguinte trabalhadora:

Nome	Carreira/Categoria	Posição remuneratória/ Índice remuneratório
Maria Fernanda Castiço dos Santos.	Técnica Superior	Entre o 3.º e 4.º/ 19 e 23

6 de outubro de 2016. — O Diretor-Geral, *Pedro Teixeira*.

209922455

MAR

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 12414/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como Técnica Especialista a licenciada Susana Rita Gomes Simões Baptista, técnica superior do mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P.

2 — Para efeitos do disposto na alínea d) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a designada desempenhará funções de assessoria na sua área de especialização.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório da designada é o dos adjuntos.

4 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a partir de 15 de setembro de 2016.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

7 de outubro de 2016. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

Nota Curricular

Susana Rita Gomes Simões Baptista, nascida em 1974. Licenciada em Direito (1997) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Pós-graduada em Ciências Jurídicas (2009) pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Concluiu com aproveitamento a 10.ª Edição do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (2010), promovido pelo anteriormente designado Instituto Nacional de Administração, I. P. Concluiu com aproveitamento o 1.º ano do Mestrado em Administração Pública (2010), pelo ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas. Pós-graduada em Ciência da Legislação e Legística (2016), pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Concluiu com aproveitamento o estágio na Ordem dos Advogados, Conselho Distrital de Lisboa. É advogada desde março de 2000.

É quadro superior do Instituto da Segurança Social, I. P. desde agosto de 2010. Exerceu funções, até setembro de 2016, no Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso, tendo prestado assessoria ao respetivo Conselho Diretivo nas mais diversas áreas do direito. Em simultâneo, exerceu funções como advogada, em regime de exclusividade, para o Instituto da Segurança Social, I. P., tendo assegurado o patrocínio judiciário, designadamente, em processos de contencioso administrativo e tributário. Exerceu funções como representante do ISS, I. P. junto das instituições europeias. Desempenhou, desde outubro de 2013, funções como coordenadora da Equipa de Recuperação de Pendências de recursos hierárquicos do Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso. Foi membro e coordenadora de diversos grupos de trabalho de elaboração de instrumentos de harmonização de procedimentos internos e em matéria legislativa.

De maio de 2001 a fevereiro de 2004 desempenhou funções de coordenadora de formação no setor privado, ao nível da coordenação, acompanhamento e avaliação de planos de formação financiados pelo Fundo Social Europeu, designadamente os projetos formativos da Direção-Geral de Serviços Prisionais — Centro de Formação Penitenciária e da Direção-Geral da Administração da Justiça. De janeiro a maio de 2001 desempenhou funções de assessoria jurídica na Direção-Geral da Administração da Justiça.

Ao longo do seu percurso profissional, participou como formadora em diversas ações no domínio das relações interpessoais mas também na área do direito, especialmente administrativo, e como formanda frequentou ações de valorização profissional no âmbito do contencioso e direito administrativo, promovidas, entre outros, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2014, 2015), pela Direção-Geral dos Assuntos Europeus (2014), pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em parceria com a Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2014), e pelo Centro de Estudos Judiciários (2013).

209927883